



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 03 de março de 2016.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da CPTM foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.5. Uso de estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos e com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado por essa Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão evidenciados em notas explicativas:

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Notas 5, 11 e 13);
- Provisão para perda nos estoques (Nota 9);
- Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis (Nota 16 e 17);
- Provisões para contingências (Nota 22) e;
- Provisões para benefícios a empregados (Nota 23).

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis correspondentes de 31 de dezembro de 2014 originalmente aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2015, e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2014 do Balanço Patrimonial (que foram derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013), estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

Para tanto, a Administração da Companhia revisou a forma de contabili-

zação e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis, considerando os ativos, passivos e resultado relacionados aos seguintes itens:

- Revisão da forma de mensuração e apresentação de ativos anteriormente registrados como "Adiantamentos a Empregados" que foram transferidos para resultado por não atenderem os critérios de reconhecimento de ativos conforme regras do CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração;
- Revisão da forma de mensuração e apresentação de ativos anteriormente registrados como "Imobilizado em Andamento" que foram transferidos para "Imobilizado em Operação", de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- Revisão da forma de mensuração e apresentação de ativos anteriormente registrados como "Imobilizado em Andamento" que foram transferidos para resultado por não atenderem os critérios de reconhecimento de ativos do CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- Revisão da forma de mensuração e apresentação dos impostos diferidos anteriormente registrados no resultado do exercício que foram transferidos para "Prejuízos Acumulados", de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Dessa forma, para fins de adequar a informação comparativa de exercícios anteriores, realizamos a reclassificação contábil para as informações de 31 de dezembro de 2014 e 01 de janeiro de 2014.

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações contábeis originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas, bem como uma breve descrição de cada ajuste:

Ativo						
1º de janeiro de 2014						
Original	Ajuste 1 Gratificação de Férias	Ajuste 2 Depreciação	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	Reapresentado	
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	93.106	-	-	-	-	93.106
Contas a receber de clientes	9.584	-	-	-	-	9.584
Impostos a recuperar	21.540	-	-	-	-	21.540
Adiantamentos a empregados	11.094	(3.614)(a)	-	-	-	7.480
Adiantamentos a fornecedores	16.594	-	-	-	(16.594)(f)	-
Adiantamentos diversos	-	-	-	-	16.974(f)(g)	16.974
Indenizações trabalhistas a reembolsar	1.624	-	-	-	-	1.624
Outros créditos	12.127	-	-	-	(3.080)(g)	9.047
Estoques	109.247	-	-	-	-	109.247
Despesas de exercícios seguintes	-	-	-	-	2.700(g)	2.700
Total do ativo circulante	274.916	(3.614)	-	-	-	271.302
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	281.664	-	-	-	-	281.664
Contas a receber de clientes	7.955	-	-	-	-	7.955
Depósitos judiciais e recursais	230.143	-	-	-	-	230.143
Outros créditos	24.047	-	-	-	(20.813)(h)	3.234
Convênio CPTM/ERMAP	19.519	-	-	-	(19.519)(h)	-
Convênios operacionais	-	-	-	-	40.332(h)	40.332
Investimento	149	-	-	-	-	149
Imobilizado	9.935.821	-	(50.949)	(127.168)	-	9.757.704
Imobilizado em uso/andamento	7.943.510	-	(50.965)(b)	(127.168)(c)	-	7.765.377
Imobilizado líquido - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Imobilizado linha 5 Lilás	1.295.491	-	16(d)	-	-	1.295.507
Intangível	17.862	-	-	-	-	17.862
Total do ativo não circulante	10.235.496	-	(50.949)	(127.168)	-	10.057.379
Total	10.510.412	(3.614)	(50.949)	(127.168)	-	10.328.681
Passivo						
1º de janeiro de 2014						
Original	Ajuste 1 Gratificação de Férias	Ajuste 2 Depreciação	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	Reapresentado	
Passivo circulante						
Fornecedores	126.647	-	-	-	-	126.647
Operações de arrendamento mercantil financeiro	53.714	-	-	-	-	53.714
Pessoal e encargos sociais	22.934	-	-	-	-	22.934
Provisão trabalhista	67.555	-	-	-	-	67.555
Impostos, taxas e contribuições	14.060	-	-	-	-	14.060
Tributos parcelados	17.802	-	-	-	-	17.802
Contas a pagar	14.570	-	-	-	-	14.570
Receitas diferidas	3.515	-	-	-	-	3.515
Total do passivo circulante	320.797	-	-	-	-	320.797
Passivo não circulante						
Operações de arrendamento mercantil financeiro	824.742	-	-	-	-	824.742
Tributos parcelados	37.958	-	-	-	-	37.958
Contas a pagar	16.111	-	-	-	(442)(h)	15.669
Convênio CPTM/RFFSA	25.330	-	-	-	(25.330)(h)	-
CBTU - cisão	15.852	-	-	-	(15.852)(h)	-
Convênios operacionais	-	41.624	-	-	-	41.624
Provisões para contingências	583.940	-	-	-	-	583.940
Provisões para benefícios a empregados	306.478	-	-	-	-	306.478
Passivos futuros - FIDC	4.288	-	-	-	-	4.288
Receitas diferidas	11.929	-	-	-	-	11.929
Bens cedidos do metrô - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Total do passivo não circulante	2.523.448	-	-	-	-	2.523.448
Patrimônio líquido						
Capital social	11.328.779	-	-	-	-	11.328.779
Reservas de reavaliação	697.964	-	-	-	-	697.964
Ajuste de avaliação patrimonial	(145.906)	-	-	-	-	(145.906)
Prejuízos acumulados	(4.544.585)	(3.614)(a)	(50.949)(b)(d)	(127.168)(c)	-	(4.726.316)
Total do patrimônio líquido	7.336.252	(3.614)	(50.949)	(127.168)	-	7.154.521
Adiantamentos para aumento de capital	329.915	-	-	-	-	329.915
Total do patrimônio líquido	7.666.167	(3.614)	(50.965)	(127.168)	-	7.484.436
Total	10.510.412	(3.614)	(50.965)	(127.168)	-	10.328.681
Ativo						
31 de janeiro de 2014						
Original	Ajuste 1 Gratificação de Férias	Ajuste 2 Depreciação	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	Reapresentado	
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	59.024	-	-	-	-	59.024
Contas a receber de clientes	12.002	-	-	-	-	12.002
Impostos a recuperar	22.322	-	-	-	-	22.322
Adiantamentos a empregados	14.065	(5.702) (a)	-	-	-	8.363
Adiantamentos a fornecedores	16.022	-	-	-	(16.022)(f)	-
Adiantamentos diversos	-	-	-	-	16.424 (f)(g)	16.424
Indenizações trabalhistas a reembolsar	8.441	-	-	-	-	8.441
Outros créditos	11.253	-	-	-	(3.981)(g)	7.272
Estoques	110.189	-	-	-	-	110.189
Despesas de exercícios seguintes	-	-	-	-	3.579(g)	3.579
Total do ativo circulante	253.318	(5.702)	-	-	-	247.616
Ativos não circulantes - mantidos para a venda						
Ativo não circulante	1.175	-	-	-	-	1.175
Realizável a longo prazo						
Realizável a longo prazo	355.528	-	-	-	-	355.528
Contas a receber de clientes	7.543	-	-	-	-	7.543
Depósitos judiciais e recursais	305.445	-	-	-	-	305.445
Outros créditos	23.021	-	-	-	(21.585)(h)	1.436
Convênio CPTM/ERMAP	19.519	-	-	-	(19.519)(h)	-
Convênios operacionais	-	-	-	-	41.104(h)	41.104
Investimento	149	-	-	-	-	149
Imobilizado	10.355.525	-	(64.157)	(129.421)	-	10.161.947
Imobilizado em uso/andamento	8.363.312	-	(64.173)(b)	(129.421)(c)	-	8.169.718
Imobilizado líquido - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Imobilizado linha 5 Lilás	1.295.393	-	16(d)	-	-	1.295.409
Intangível	29.768	-	-	-	-	29.768
Total do ativo não circulante	10.740.970	-	(64.157)	(129.421)	-	10.547.392
Total	10.995.463	(5.702)	(64.157)	(129.421)	-	10.796.183





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



	Passivo							Reapresentado
	31 de janeiro de 2014							
	Original	Ajuste 1 Gratificação de Férias	Ajuste 2 Depreciação	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Ajuste 4 Imposto Diferido	Reclassificações		
Passivo circulante								
Fornecedores.....	205.639	-	-	-	-	-	205.639	
Operações de arrendamento mercantil financeiro.....	55.897	-	-	-	-	-	55.897	
Pessoal e encargos sociais.....	14.087	-	-	-	-	-	14.087	
Provisão trabalhista.....	65.506	-	-	-	-	-	65.506	
Impostos, taxas e contribuições.....	19.088	-	-	-	-	-	19.088	
Tributos parcelados.....	4.748	-	-	-	-	-	4.748	
Contas a pagar.....	11.786	-	-	-	-	-	11.786	
Receitas diferidas.....	9.757	-	-	-	-	-	9.757	
Total do passivo circulante	386.508						386.508	
Passivo não circulante								
Operações de arrendamento mercantil financeiro.....	796.573	-	-	-	-	-	796.573	
Tributos parcelados.....	2.374	-	-	-	-	-	2.374	
Contas a pagar.....	16.043	-	-	-	-	(25)(h)	16.018	
Convênio CPTM/RFFSA.....	25.330	-	-	-	-	(25.330)(h)	-	
CBTU – cisão.....	15.852	-	-	-	-	(15.852)(h)	-	
Convênios operacionais.....	-	-	-	-	-	41.207(h)	41.207	
Provisões para contingências.....	844.178	-	-	-	-	-	844.178	
Provisões para benef. a empregados.....	308.589	-	-	-	-	-	308.589	
Receitas diferidas.....	9.630	-	-	-	-	-	9.630	
Bens cedidos do metrô – Extensão Leste.....	696.820	-	-	-	-	-	696.820	
Total do passivo não circulante	2.715.389						2.715.389	
Patrimônio líquido								
Capital social.....	11.328.779	-	-	-	-	-	11.328.779	
Reservas de reavaliação.....	630.392	-	-	-	-	-	630.392	
Ajuste de avaliação patrimonial.....	(114.976)	-	-	-	-	-	(114.976)	
Prejuízos acumulados.....	(5.179.415)	(5.702)(a)	(64.157)(b)(d)	(129.421)(c)	- (e)	-	(5.378.695)	
	6.664.780	(5.702)	(64.157)	(129.421)			6.465.500	
Adiantamentos para aumento de capital	1.228.786						1.228.786	
Total do patrimônio líquido	7.893.566	(5.702)	(64.157)	(129.421)			7.694.286	
Total	10.995.463	(5.702)	(64.157)	(129.421)			10.796.183	

- (a) Reconhecimento como despesas de férias de verbas salariais anteriormente classificadas em adiantamentos a empregados.
(b) Reconhecimento de depreciação acumulada sobre ativos anteriormente registrados como imobilizado em andamento e transferidos para imobilizado em uso.
(c) Reconhecimento como despesa de bens anteriormente registrados como imobilizado em andamento.
(d) Estorno de despesa de depreciação calculada a maior.
(e) Reclassificação de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação do resultado do exercício para prejuízos acumulados.
(f) Reclassificação da rubrica adiantamentos a fornecedores para melhor evidência da informação.
(g) Reclassificação parcial da rubrica outros créditos para melhor evidência da informação.
(h) Reclassificação de rubricas para segregação do montante vinculado a convênios operacionais que possa a ser evidenciado em rubrica específica.

	31 de dezembro de 2014						
	Demonstração do resultado dos exercícios						
	Original	Ajuste 1 Gratificação de Férias	Ajuste 2 Depreciação	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Ajuste 4 Imposto Diferido	Reapresentado	
Receita líquida	2.007.551					2.007.551	
Custo dos serviços prestados	(1.884.268)	(1.495)(a)	(12.020)(b)			(1.897.783)	
Lucro bruto	123.283					109.768	
Despesas administrativas.....	(659.444)	(593)(a)	(1.188)(b)	(2.253)(c)	-	(663.478)	
Outras receitas (despesas) líquidas.....	(112.241)	-	-	-	-	(112.241)	
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(648.402)					(665.951)	
Receitas financeiras.....	57.880	-	-	-	-	57.880	
Despesas financeiras.....	(111.880)	-	-	-	-	(111.880)	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(702.402)	(2.088)	(13.208)	(2.253)		(719.951)	
Despesa com imposto de renda e contribuição social.....	(34.810)	-	-	-	34.810(e)	-	
Prejuízo do exercício	(737.212)	(2.088)	(13.208)	(2.253)	34.810	(719.951)	

	31 de dezembro de 2014						
	Demonstração do resultado dos abrangentes						
	Original	Ajuste 1 Gratificação de Férias	Ajuste 2 Depreciação	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Ajuste 4 Imposto Diferido	Reapresentado	
Resultado líquido do exercício	(737.212)	(2.088)(a)	(13.208)(b)	(2.253)(c)	34.810(e)	(719.951)	
Remensurações em obrigações de benefício pós emprego.....	30.930	-	-	-	-	30.930	
Total do resultado abrangente do exercício	(706.282)	(2.088)	(13.208)	(2.253)	34.810	(689.021)	

- (a) Reconhecimento como despesas de férias de verbas salariais anteriormente classificadas em adiantamentos a empregados.
(b) Reconhecimento de depreciação acumulada sobre ativos anteriormente registrados como imobilizado em andamento e transferidos para imobilizado em uso.
(c) Reconhecimento como despesa de bens anteriormente registrados como imobilizado em andamento.
(d) Estorno de despesa de depreciação calculada a maior.
(e) Reclassificação de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação do resultado do exercício para prejuízos acumulados.

	31 de dezembro de 2014						
	Demonstração dos fluxos de caixa						
	Original	Ajuste 1 Gratificação de Férias	Ajuste 2 Depreciação	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Ajuste 4 Imposto Diferido	Reclassificações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Prejuízo do exercício.....	(737.212)	(2.088)(a)	(13.208)(b)	(2.253)(c)	34.810(e)	-	(719.951)
Depreciação / amortização.....	227.539	-	13.208(b)	-	-	-	240.747
Redução ao valor recuperável - impostos.....	475	-	-	-	-	-	475
Redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes.....	1.120	-	-	-	-	-	1.120
Redução ao valor recuperável - outros créditos.....	6.600	-	-	-	-	-	6.600
Provisão - contingências trabalhistas e cíveis.....	352.700	-	-	-	-	-	352.700
Reversão - contingências trabalhistas e cíveis.....	(80.239)	-	-	-	-	-	(80.239)
Provisão - previdenciárias.....	51.174	-	-	-	-	-	51.174
Despesa com previdência privada.....	33.041	-	-	-	-	-	33.041
Baixa do ativo imobilizado.....	52.136	-	-	2.253(c)	-	-	54.389
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	34.810	-	-	-	(34.810)(e)	-	-
Prejuízo ajustado	(57.856)	(2.088)					(59.944)
(Acréscimo)/decréscimo do ativo circulante e não circulante							
Conta a receber de clientes.....	(3.126)	-	-	-	-	-	(3.126)
Impostos a recuperar.....	(1.257)	-	-	-	-	-	(1.257)
Adiantamentos a empregados.....	(2.971)	2.088(c)	-	-	-	-	(883)
Adiantamentos a fornecedores.....	572	-	-	-	-	(572)(f)	-
Indenizações trabalhistas a reembolsar.....	(6.817)	-	-	-	-	550(f)(g)	550
Estoques.....	(942)	-	-	-	-	-	(942)
Depósitos judiciais e recursais.....	(75.302)	-	-	-	-	-	(75.302)
Despesas de exercícios seguintes.....	-	-	-	-	-	(879)(g)	(879)
Convênios operacionais.....	-	-	-	-	-	(772)(h)	(772)
Outros créditos.....	(4.699)	-	-	-	-	1.673(g)(h)	(3.026)
(Acréscimo)/decréscimo do ativo não circulante mantido para venda	(1.175)						(1.175)
Acréscimo / (decréscimo) do passivo circulante e não circulante							
Fornecedores.....	78.992	-	-	-	-	-	78.992
Pessoal e encargos sociais.....	(8.847)	-	-	-	-	-	(8.847)
Provisão trabalhista.....	(2.049)	-	-	-	-	-	(2.049)
Impostos, taxas e contribuições.....	5.028	-	-	-	-	-	5.028
Tributos parcelados.....	(48.638)	-	-	-	-	-	(48.638)
Contingências liquidadas.....	(63.397)	-	-	-	-	-	(63.397)
Receitas diferidas.....	3.943	-	-	-	-	-	3.943
Convênios operacionais.....	-	-	-	-	-	(417)	(417)
Contas a pagar.....	(2.852)	-	-	-	-	417	(2.435)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(191.393)						(191.393)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos							
Compra de imobilizado / intangível.....	(711.285)	-	-	-	-	-	(711.285)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(711.285)						(711.285)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento							
Valor recebido a título de adiantamento para futuro aumento de capital.....	898.871	-	-	-	-	-	898.871
Amortização de fundo de investimento em direitos creditórios.....	(4.288)	-	-	-	-	-	(4.288)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro.....	(25.986)	-	-	-	-	-	(25.986)
(Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos)	868.597						868.597
Redução de caixa e equivalente de caixa	(34.082)						(34.082)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	93.106						93.106
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	59.024						59.024

- (a) Reconhecimento como despesas de férias de verbas salariais anteriormente classificadas em adiantamentos a empregado.
(b) Reconhecimento de depreciação acumulada sobre ativos anteriormente registrados como imobilizado em andamento e transferidos para imobilizado em uso.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



32. PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas pela CPTM com as suas partes relacionadas foram as seguintes para o exercício de 2015:

	2015		2014	
	Ativo/(Passivo)	Receitas/(Despesas)	Ativo/(Passivo)	Receitas/(Despesas)
Operações/Partes Relacionadas				
Contas a receber de clientes				
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	1.207	3.266	484	2.795
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A	195	(78)	273	111
Fundação para Desenvolvimento da Educação - FDE	6	-	6	-
Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	310	-	310	369
Subtotal	1.718	3.188	1.073	3.275
Indenizações trabalhistas a reembolsar				
Secretaria da Fazenda	-	11.413	8.441	14.755
Subtotal	-	11.413	8.441	14.755
Outros créditos				
Agência Reg. de Serv. Púb. Deleg. De Transp. do Est. de São Paulo - ARTESP	61	89	64	-
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO	2.559	7	765	173
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo-PRODESP	7.895	-	7	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	6	-	6	-
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	-	-	-	135
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU	94	-	100	-
Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP	-	-	42	-
Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	43	-	43	-
Subtotal	10.658	96	1.027	308
Receita líquida				
Fundação Centro de Atendimento Sócio- Educativo ao Adolescente - FUNDAÇÃO CASA	-	1	-	2
Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC	-	5	-	3
Centro De Progressão Penitenciária De Franco Da Rocha	-	8	-	-
Centro De Detenção Provisória De Franco Da Rocha	-	3	-	-
Centro De Detenção Provisória De Mauá	-	7	-	-
Centro De Detenção Provisória "Asp Vicente Luzan Da Silva" De Pinheiros I	-	6	-	-
Centro De Detenção Provisória De Vila Independência	-	4	-	-
Centro De Detenção Provisória De Santo André	-	2	-	-
Penitenciária Mario De Moura e Albuquerque	-	5	-	-
Penitenciária Nilton Silva	-	1	-	-
Centro De Detenção Provisória De Diadema	-	2	-	-
Centro De Detencao Provisoria Iv De Pinheiros	-	5	-	-
Centro De Detenção Provisória Dr. Calixto Antonio-S.Bern. Do Campo	-	4	-	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	-	22	-	-
Subtotal	-	75	-	5
Fornecedores				
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO	(821)	(880)	-	(1.181)
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo-PRODESP	(2.283)	(15.409)	(1.254)	(13.823)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	(654)	(9.074)	(474)	(10.712)
Companhia Energética de São Paulo - CESP	-	(28.345)	-	(52.868)
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	(1.278)	(9.566)	(19)	(6.087)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU	(212)	242	(525)	(47)
Fundação do Desenv. Administrativo - FUNDAP	(22)	(145)	(11)	(132)
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT	(44)	(1.013)	-	-
Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP	-	(696)	(72)	(957)
Fundação Prof.Dr. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP	-	(623)	-	-
Subtotal	(5.314)	(65.509)	(2.355)	(85.807)
Contas a pagar				
Cia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo - CDHU	(3.684)	(192)	(3.492)	(133)
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A	(18)	-	(18)	-
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO	(4.368)	-	-	-
Subtotal	(8.070)	(192)	(3.510)	(133)
Despesas administrativas				
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	(177)	-	(241)
Instituto de Pesos e Medidas - IPEM	-	(2)	-	-
Subtotal	-	(179)	-	(241)
Outras receitas (despesas) líquidas				
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	30	-	-
Subtotal	(1.008)	(51.078)	4.676	(67.838)

(a) Remuneração da administração

A remuneração máxima aprovada em Assembleia para os exercícios de 2015 e 2014, de acordo com o que é estabelecido pelo Parecer CODEC n° 003/2013, é de 30% sobre a remuneração dos diretores da Companhia para os membros do Conselho de Administração e de 20% sobre a remuneração dos diretores para os membros do Conselho Fiscal. A seguinte distribuição sido realizada aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Descrição	2015	2014
Honorários	909	1.124
	909	1.124

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por ordenados.

(b) Benefícios pós-emprego

A CPTM não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal chave da Administração.

33. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

Risco de Crédito

Parte substancial da receita da empresa é proveniente da utilização do sistema de transporte, receita tarifária, e neste caso o usuário paga pelo serviço antes de utilizar. Assim, a Companhia possui baixa exposição ao risco de crédito.

• Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da empresa são efetuadas predominantemente em Fundo específico do Governo do Estado de São Paulo no Banco do Brasil, operação classificada como de baixo risco.

• Adiantamentos a Fornecedores

Estas operações não estão expostas a riscos, pois quando dos pagamentos aos fornecedores o desconto do valor adiantado é efetuado pela própria CPTM.

Exposição Máxima ao Risco de Crédito:

Ativos financeiros	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	38.315	59.024
Contas a receber de clientes	16.616	19.545
Indenizações trabalhistas a reembolsar	-	8.441
Outros créditos	19.625	8.708
Ativos mantidos para venda	252	1.175
Subtotal	74.808	96.893

Risco de Liquidez

A Companhia é uma empresa de economia mista dependente do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, as receitas próprias da empresa não são suficientes para manter sua operação. Nesse sentido, a empresa é subvencionada pelo Governo do Estado de São Paulo nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - mitigando os riscos de liquidez.

Passivos financeiros e os seus vencimentos contratuais:

Passivos financeiros	Vencidos	Até 30 dias	De 30 a 90 dias	De 90 dias 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de a 3 anos	Total
Fornecedores	30.872	99.361	123.183	1.171	-	-	254.587
Operações de arrendamento mercantil	12.201	10.165	15.849	71.321	190.188	1.101.506	1.401.230
Tributos parcelados	-	347	1.417	990	-	-	2.754
Contas a pagar	3.622	8.011	4.193	-	16.245	-	32.071
	46.695	117.884	144.642	73.482	206.433	1.101.506	1.690.642

Risco de Mercado

Risco de Moeda Estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial quando da formalização de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens em moeda diferente da local (BRL). Estes tipos de contratos são firmados para a aquisição ou prestação de serviços que compõem o investimento da empresa e, nesse sentido, o risco destas operações são suportados pelo Governo do Estado de São Paulo responsável pelo aporte de recursos para realização de investimentos.

Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

34.1. Categoria dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes, indenizações trabalhistas a reembolsar e outros créditos são classificados em empréstimos e recebíveis, registrados pelos seus valores originais e sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Ativos mantidos para venda referem-se a bens retirados da operação comercial da Companhia, considerados como inservíveis para a prestação de serviço de transporte.
- Fornecedores, arrendamento mercantil financeiro, tributos parcelados e contas a pagar decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados em outros passivos financeiros.
- A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015					2014 (Reapresentado)				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Outros passivos financeiros	Total
Ativos										
Caixa e equivalentes de caixa	38.315	-	-	-	38.315	59.024	-	-	-	59.024
Contas a receber de clientes	-	16.616	-	-	16.616	-	19.545	-	-	19.545
Indenizações trabalhistas a reembolsar	-	-	-	-	-	-	8.441	-	-	8.441
Outros créditos	-	19.625	-	-	19.625	-	8.708	-	-	8.708
Ativos mantidos para venda	-	-	252	-	252	-	-	1.175	-	1.175
Passivos										
Fornecedores	-	-	-	254.587	254.587	-	-	-	205.639	205.639
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	836.969	836.969	-	-	-	852.470	852.470
Tributos parcelados	-	-	-	2.754	2.754	-	-	-	7.122	7.122
Contas a pagar	-	-	-	32.071	32.071	-	-	-	27.804	27.804

As operações da Companhia estão sujeitas ao Risco de crédito, decorrente da possibilidade de a Companhia ter perdas por inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações exclusivamente pelo Banco do Brasil S/A, na forma estabelecida pelo Decreto nº 60.244 de 14/03/2014. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.



Secretaria dos
Transportes Metropolitanos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



34.2. Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa, na data de balanço.

Quando disponível, a CPTM determina o valor justo de seus ativos e passivos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações justas entre partes independentes.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 determinadas com base em cotações públicas em mercados ativos;
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras va-

riáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (com preços) ou indiretamente (com base em preços); e

Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas internas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31/12/2015 e 31/12/2014 não houve instrumentos financeiros mensurados a valor justo agrupados nos níveis 2 e 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos instrumentos financeiros em 31/12/2015 e de 2014 e a hierarquia de valor justo:

Descrição	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	38.315	-	-	59.024	-	-
Total	38.315	-	-	59.024	-	-

DIRETORIA EXECUTIVA DA CPTM

Diretor Presidente: Paulo de Magalhães Bento Gonçalves
Diretor Administrativo e Financeiro: Milton Frasson
Diretor de Operação e Manutenção: Vítor Wilson Garcia

Diretor de Engenharia e Obras: Carlos Roberto Dos Santos
Diretor de Planejamento e Projetos: Silvestre Eduardo Rocha Ribeiro

CONTADORA

Marli Cândido Dutra
CRC.CT.1SP-131206/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, na 268ª Reunião Ordinária, realizada no dia 11 de março de 2016, às 09h30, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2015.

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, em cumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis exigidas em Lei e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base no Relatório da Auditoria Independente e de acordo com a explicações e esclarecimentos do Senhor

Devido às características dos ativos financeiros da CPTM mensurados ao custo amortizado, a Administração entende que não há diferença entre o valor contábil e valor justo para esses ativos.

35. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestado.

36. CONCESSÕES DE GRATUIDADES

No exercício de 2015, através da edição da Lei 15.692, em 19/02/2015, foi concedida a isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros operados pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e demais Empresas vinculadas à Secretaria dos Transportes - STM, nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, conforme regras previamente estabelecidas para sua concessão.

Aparecida Massako Funagoshi Bovi
Conselheira

Marcelo Pereira de Amorim
Conselheiro

Roberta Campedelli A. Gonçalves
Conselheira

Thiago Souza Santos
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, em sua 137ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 14 de março de 2016, às 9h30, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis neste contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, - complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2015.

Com fundamento nas respectivas análises, no Parecer do Conselho Fiscal e na apresentação do Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente ao Relatório Anual da Administração, bem como às Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social de 2015, considerando que os mesmos estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação final dos Senhores Acionistas, observando-se os parágrafos de ênfase constantes do referido Parecer da Auditoria Independente.

Mauro Akio, os Senhores Conselheiros opinam que as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, observando-se as ressalvas constantes do referido Relatório da Auditoria Independente, relacionadas às Notas Explicativas nº 16.4 - Ativos adquiridos pela Secretaria de Transporte Metropolitano, 16.5 - Extensão Leste, 16.6 - Linha 5 - Lilás, nº 16 - registro na rubrica "Imobilizações em Andamento" e nº 23 - REFER-CPTM.

Clodoaldo Pelissioni
Presidente do Conselho

Paulo de Magalhães Bento Gonçalves
Conselheiro

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Conselheiro

Priscila Grecov
Conselheira

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 57 trens e peças sobressalentes dos mesmos, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em anos anteriores. O custo desses trens e peças em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.480.074 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 181.706 mil (R\$ 1.521.487 mil em 31 de dezembro de 2014 líquido da depreciação acumulada de R\$ 140.256 mil). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações financeiras da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Dessa forma, enquanto não há autorização do controlador da Companhia, essa operação deveria ser registrada como operação de arrendamento financeiro de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil. Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.480.074 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.521.487 mil em 31 de dezembro de 2014), respectivamente e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está superavaliado em R\$ 41.542 mil (R\$ 38.521 mil em 31 de dezembro de 2014).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.5, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia vem operando a Extensão Leste construída pelo Metrô de São Paulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou os valores líquidos da Extensão Leste no montante de R\$ 696.820 mil em seu ativo imobilizado em contrapartida a uma obrigação no mesmo valor no passivo não circulante, permanecendo inalterados os valores em 31 de dezembro de 2015. Embora a formalização de tal registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a respectiva depreciação deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 25.656 mil em 31 de dezembro de 2015, respectivamente (R\$ 17.104 mil em 31 de dezembro de 2014) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está superavaliado em R\$ 8.552 mil (R\$ 8.552 mil em 31 de dezembro de 2014).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.6, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia transferiu a operação da Linha 5 - Lilás para Metrô de São Paulo. O custo líquido da Linha 5 - Lilás, contabilizado no grupo do ativo imobilizado, de R\$ 1.295.412 mil em 31 de dezembro de 2015, líquido da depreciação acumulada, calculada somente até 31 de dezembro de 2012, de R\$ 270.447 mil (R\$ 1.295.409 mil em 31 de dezembro de 2014 líquido da depreciação acumulada de R\$ 270.447 mil). Embora a formalização de qualquer registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a transferência desses ativos enseja o registro de um ativo financeiro contra o Metrô de São Paulo e, portanto, além da reclassificação do grupo do imobilizado para o grupo do realizável a longo prazo, nenhuma depreciação deveria ter sido reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros e CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo imobilizado está superavaliado em R\$ 1.295.412 mil, o realizável a longo prazo está subavaliado em R\$ 1.565.858 mil e o patrimônio líquido está

subavaliado em R\$ 270.447 mil em 31 de dezembro de 2015, respectivamente (R\$ 1.295.409 mil, R\$ 1.565.856 mil e R\$ 270.447 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Conforme mencionado na Nota 16, a Companhia possui o montante de R\$ 2.720.973 mil registrado na rubrica "Imobilizações em Andamento" em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.095.053 mil em 31 de dezembro de 2014).

Nos últimos dois exercícios sociais, a Companhia republicou suas demonstrações financeiras para, dentre outros assuntos, corrigir erros relativos aos itens classificados como "Imobilizações em andamento", cujos efeitos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, superaram os montantes de R\$ 322 milhões. Adicionalmente, as reclassificações efetuadas entre itens anteriormente classificados em "imobilizações em andamento" para "imobilizado em operação" superaram o montante de R\$ 1,4 bilhões em 31 de dezembro de 2014 e 2015. No entanto, ainda existem itens classificados em "imobilizações em andamento" cuja transferência para o "imobilizado em operação" ainda não foi efetuada, dado que o trabalho de componentização e identificação dos itens encontra-se em curso e do total registrado em "imobilizações em andamento", ainda existem R\$ 1.316.697 mil relativos a projetos em sua maioria iniciados antes de 2012, cujos contratos encontram-se encerrados ou suspensos, e cuja retomada dos mesmos depende do contingenciamento de recursos por parte do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo. Portanto, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor da depreciação que deveria ter sido reconhecida sobre os itens que eventualmente deveriam ter sido reclassificados para o "imobilizado em operação", nem sobre eventuais valores que deveriam ser reconhecidos no resultado do exercício sobre os itens cujos contratos encontram-se encerrados ou suspensos, conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a Companhia é patrocinadora do plano de previdência complementar REFER-CPTM cujo relatório de Avaliação Atuarial em 31 de dezembro de 2015 aponta um déficit atuarial de R\$ 622.998 mil. A Companhia reconheceu 50% desse valor no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 311.499 mil (R\$ 308.589 mil em 31 de dezembro de 2014), com fulcro nas disposições previstas nas Leis Complementares nº 109/2001 e nº 108/2001. Enquanto o plano não for equalizado, o déficit atuarial deve ser reconhecido em sua integralidade no balanço patrimonial da patrocinadora de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015, o passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido está superavaliado em R\$ 311.499 mil (R\$ 308.589 mil em 31 de dezembro de 2014), respectivamente.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência da revisão da forma de mensuração e apresentação referente a "adiantamentos a empregados", "imobilização em operação", "imobilizado em andamento" e "tributo sobre o lucro", os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22.1, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 35, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de março de 2016

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

José Eduardo Cabrera Fernandes - Sócio
1SP177293/O-4

O Relatório da Administração está disponível no site da Companhia

www.cptm.sp.gov.br



Secretaria dos Transportes Metropolitanos